

QUAL AUTOGESTÃO?

Princípios da Economia Solidária

Henrique T. Novaes – Unicamp - hetanov@yahoo.com.br

Resumo

O artigo defende a necessidade de se retomar o debate sobre a coordenação da produção pelos produtores associados. Para isso, partimos da crítica à idéia disseminada de que há um mercado metafísico totalmente desgovernado e da constatação de que entre 600 corporações transnacionais controlam 25% do comércio mundial de bens e serviços. Observamos que há planejamento no capitalismo: a gigantesca corporação monopolista transnacional regula e controla a produção mundial de mercadorias, no entanto, este planejamento praticado pela grande empresa não deixa de ser parcial e está longe de representar o controle sociometabólico da produção e distribuição pelos trabalhadores. Os defensores do planejamento socialista da produção observam que teremos que realizar tanto a crítica ao capitalismo dirigido quanto os equívocos da burocracia soviética. Para dar sustentação à proposta de planejamento como pilar da autogestão e em oposição às teses liberais, de economia mista e socialistas de mercado, partimos de nossas pesquisas junto às fábricas recuperadas, cooperativas e associações de trabalhadores e observamos que a vertente mais à esquerda do movimento de Economia Solidária (ES) questiona a propriedade privada dos meios de produção – advogando o controle das mesmas pelos trabalhadores – mas não questiona a distribuição, o chamado mercado. Ao nosso ver, a ES, ao advogar a necessidade de se combinar cooperação dentro das fábricas e competição no mercado tenta rejuvenescer sob uma nova roupagem as velhas teses socialistas de mercado. Enquanto isso, os defensores do planejamento autêntico vislumbram a construção das mediações necessárias ao retorno da produção para o comando dos trabalhadores (István Mészáros).

Palavras-chave: Planejamento Socialista da Produção, Socialismo de Mercado, Economia Solidária, Autogestão

A tirania da circulação não é menos perversa que a tirania da produção
(Karl Marx)

Os que desprezam a própria idéia de planejamento, em virtude da implosão soviética, estão muito enganados, pois a sustentabilidade de uma ordem global de reprodução sociometabólica é inconcebível sem um sistema adequado de planejamento, administrado sobre a base de uma *democracia substantiva* pelos produtores livremente associados (István Mészáros).

Hoje em dia, a totalidade do pensamento socialista (que é mais velho do que Marx, mas que dele recebeu expressão sistemática e científica), que representa *per se* uma crítica da produção de mercadorias e do mercado, bem como uma profunda desmistificação histórica do conjunto de suposições teóricas que se originam de Hobbes, Locke e Smith, corre o perigo de ser atirada ao mar. Pois ao lado de políticos e acadêmicos conservadores, também um número crescente de socialistas, e acima de tudo, muitos social-democratas de esquerda e eurocomunistas, estão agora redescobrimo e reincorporando a seus esquemas de pensamento social certos axiomas burgueses que não tem qualquer fundamento científico ou base empírica: são simplesmente artigos de fé cega ou de superstição (Ernest Mandel).

1. Introdução

Este artigo pretende retomar as críticas de alguns autores marxistas que se pronunciaram sobre a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados. Em nossas pesquisas, verificamos que nem todos os socialistas que defendem a necessidade de abolição da propriedade privada dos meios de produção – e conseqüentemente o controle das fábricas pelos trabalhadores - vislumbram a necessidade de extinção dos mecanismos de *mercado*.

Mas afinal, o que é o mercado? Por que ele tem um poder tão enigmático a ponto de atrair até mesmo os *socialistas*? Para não irmos mais longe, a partir dos anos 1970, (res)surgem algumas vertentes *socialistas* que afirmam que a *autogestão* das fábricas deve ser combinada com a *concorrência* no *mercado*. Enquanto isso, para uma outra corrente, a que defenderemos como sendo aquela que segue de forma mais adequada os escritos de Marx, é inconcebível a tentativa de se combinar *autogestão* das fábricas e *concorrência*. Mais que isso, se para a *autogestão* significa o *controle* da fábrica pelos grupos de trabalhadores, para Mészáros, por exemplo, para que se construa a autogestão, é imprescindível o *planejamento administrado sobre a base de uma democracia substantiva pelos produtores livremente associados*, sendo impensável o *cada um por si*.

Nesse sentido, podemos adiantar que a palavra *autogestão* é extremamente polissêmica, comportando desde defensores do *socialismo de mercado* até este último grupo. Como trata-se de uma palavra em disputa, nosso artigo recebeu o

nome: Qual autogestão?, tentando, evidentemente, resgatar o debate sobre planejamento *autêntico* da produção pelos produtores associados. Isso porque, ao nosso ver, a ES no Brasil deu muita atenção ao tema das decisões *democráticas* realizadas em cooperativas populares, associações de trabalhadores e fábricas recuperadas, sem, no entanto, criticar o *mercado*.

Primeiramente, devemos descobrir se o *mercado* no capitalismo é de concorrência perfeita. Para nós, o *mercado* não é tão *anárquico* quanto parece ser. Dowbor (1998, p.85) estima que entre 500 ou 600 empresas transnacionais controlam de 20 a 25% do comércio mundial de bens e serviços, ao invés do suposto *mercado* metafísico que aparece nos noticiários. Bernardo (2005) observa que uma parte muito considerável do comércio mundial, que as estatísticas continuam a apresentar convencionalmente sob a forma de transações entre países, é na realidade constituída hoje por transferências de bens e de serviços dentro das mesmas empresas transnacionais. Nas próximas linhas, seguimos o raciocínio de João Bernardo.

O *World Investment Report* de 1993 avaliou que em 1990 um terço das exportações mundiais de bens e serviços se referia a transações no interior de firmas. Em *Global Companies and Public Policy*, publicado em 1990, De Anne Julius, antigo economista-chefe da companhia petrolífera *Royal Dutch-Shell*, calculou que o comércio entre sociedades e as suas filiais no estrangeiro era responsável por mais de metade do comércio total entre países da OCDE. Segundo este autor, um terço das exportações norte-americanas dirigia-se para empresas situadas no estrangeiro que eram propriedade de firmas sediadas nos Estados Unidos, e outro terço era constituído por bens que empresas estrangeiras com filiais nos Estados Unidos enviavam para os países onde tinham a sede (Bernardo, 2005).

No mesmo livro afirma-se que em 1986 cerca de um quinto das importações dos Estados Unidos provinha de companhias de propriedade norte-americana localizadas no estrangeiro, e cerca de um terço compunha-se de bens que companhias de propriedade estrangeira situadas nos Estados Unidos adquiriram aos países onde tinham a sede. Ainda a crer nas estimativas de De Anne Julius, as vendas totais efetuadas pelas sociedades de propriedade norte-americana, tanto sedes como filiais, às sociedades de propriedade estrangeira teriam sido cinco vezes

superiores ao valor convencionalmente atribuído às exportações dos Estados Unidos, ao mesmo tempo que as aquisições por sociedades estrangeiras teriam sido três vezes superiores às importações realizadas pelos Estados Unidos (Bernardo, 2005).

E entre os doze principais países da OCDE, onze teriam vendido mais nos Estados Unidos através das filiais norte-americanas de transnacionais sediadas nesses países do que através de exportações (Bernardo, 2005).

Num livro publicado em 1992, *Rivals beyond Trade: America versus Japan in Global Competition*, Dennis Encarnation, professor na Harvard Business School, chegou a valores igualmente substanciais, calculando que as transações no interior das empresas teriam representado mais de dois quintos das importações totais dos Estados Unidos e que mais de um terço das suas exportações totais teria a mesma origem. Encarnation analisou nesta perspectiva a assimetria das relações entre os Estados Unidos e o Japão, observando que, enquanto mais de dois terços das importações norte-americanas provenientes do Japão ocorriam no interior de companhias, este tipo de transações mal contribuía com metade das exportações norte-americanas para o Japão; e como a maioria dos movimentos ocorridos nesta direção se devia a empresas de sede nipônica, conclui-se que as filiais de transnacionais japonesas instaladas nos Estados Unidos eram os maiores exportadores deste país para o Japão (Bernardo, 2005).

Para Bernardo, passada uma década e meia estes valores são possivelmente ainda mais elevados, embora seja difícil o acesso a estudos atualizados.

Mészáros (2002) afirma que a *Economia de Mercado* capitalista é um tipo de *economia dirigida*, mesmo que sua estrutura seja mais complicada e impessoal que a do sistema pós-capitalista (URSS). Ele reconhece que há planejamento no capitalismo, ou mais precisamente, que a gigantesca corporação monopolista transnacional regula e controla a produção mundial de mercadorias. No entanto, este planejamento praticado pela grande empresa não deixa de ser *parcial* e está longe de representar o *controle sociometabólico* da produção e distribuição pelos trabalhadores.

Diante desse quadro, nossa hipótese é que os autores da ES realizam uma crítica parcial, senão incompleta, ao *sociometabolismo do capital* (Novaes, 2004a).

Como veremos, apesar da ES perceber que as cooperativas populares, fábricas recuperadas, etc *competem* no *mercado*, os mesmos não vislumbram a coordenação global pelos produtores associados. Ao não criticarem a *tiranía da circulação*, podemos inferir que os mesmos estão rejuvenescendo a velha proposta *socialista de mercado* com uma nova roupagem.

Para derrubar a tese *socialista de mercado* e debater sobre a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados, sintetizamos as obras de C. Bettelheim, I. Mészáros, M. Burawoy e Ernest Mandel. Sobre a visão da ES no que se refere ao *mercado*, uma atenção especial é dada à obra de Paul Singer, o pesquisador mais renomado da ES no Brasil. O tamanho do artigo impediu uma maior atenção à visão de outros autores sobre este tema. Encerramos o artigo com algumas considerações finais

2. A necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados

2.1. C. Bettelheim: iniciando o debate

Para iniciar nossa argumentação, vejamos porque C. Bettelheim defende a necessidade de planejamento, à luz dos acontecimentos históricos da URSS:

Nas semanas seguintes à Revolução de Outubro, o partido bolchevista tenta transformar a atividade dispersa e anárquica de centenas e milhares de comitês de fábrica em um controle operário coordenado, que possa conformar-se às exigências de uma política proletária.

A tarefa não é fácil, pois ao mesmo tempo em que cresce o número dos comitês de fábrica, cada um deles tende a multiplicar suas prerrogativas e a tratar cada fábrica como uma unidade de produção independente – propriedade coletiva de seus próprios trabalhadores -, determinando por si mesma o que se produz, a quem vende e a que preço, isto quando a *dominação social da classe operária* sobre os meios de produção exigiria que os poderes atomizados e contraditórios desses comitês fossem subordinados a um fim político comum.

Uma coordenação social da produção é particularmente indispensável na indústria, onde cada unidade de produção executa apenas um número limitado de processos de transformação e representa somente um elo no meio de um processo de produção de conjunto altamente socializado. A sobrevivência da indústria soviética e a luta contra as forças de mercado e contra a predominância dos interesses particulares das diferentes fábricas exige, portanto, um mínimo de coordenação a priori das atividades das diferentes unidades de produção. Na falta de uma coordenação a priori, a coordenação se faz de qualquer modo a posteriori, através do mercado, ou melhor, é o resultado das forças entre os diversos ramos das indústrias ou diversas fábricas (Bettelheim, 1979, p.133 – grifos no original).

Bettelheim adverte que os trabalhadores da URSS não estavam convencidos da necessidade de ver limitados os poderes dos comitês de fábrica por sua subordinação a uma instância exterior, pois aos olhos de muitos trabalhadores, o estabelecimento de um controle mais ou menos centralizado se apresentava como uma espécie de “confisco de poder” que eles acabaram de arrancar da burguesia e esperavam conservar no nível de sua própria fábrica. Adicionalmente, a passagem para o controle operário e o abandono do tipo de “gestão descentralizada” e anárquica para o qual se orientavam os comitês de fábrica, chocavam-se antes de tudo com a presença, ainda profunda nas massas, da ideologia burguesa e pequeno-burguesa favorável ao “cada um por si”, ao egoísmo de empresa e a uma concepção abstrata de “liberdade” (Bettelheim, 1979, p.134).

Algo parecido foi observado na Polônia, durante as visitas de Bresser Pereira (1987) à este país. Para os poloneses :

A proposta autogestionária significava o controle direto da produção e, portanto, o controle da economia pelos trabalhadores. Não significava apenas o controle das empresas. Não bastava que os trabalhadores elessem, ao nível (sic) da empresa, os seus dirigentes. Isto representaria o risco de criar o que os poloneses chamam de “propriedade de grupo”. Seria transformar os trabalhadores de uma determinada fábrica, de uma determinada organização, em seus proprietários, e dessa forma colocá-los defendendo seus interesses privados contra os interesses mais gerais da sociedade (Bresser Pereira, 1987, p. 108- grifos no original)¹.

Para Bettelheim, a simples mudança da propriedade jurídica dos meios de produção não garante uma ruptura com o sistema capitalista. Os elementos capitalistas das relações de produção estavam profundamente inseridos no conjunto dos processos de produção e reprodução, nas modalidades da divisão do trabalho dentro das empresas estatais e nas maneiras de separar estas umas das outras. Assim, se reproduzem relações mercantis e salariais que dão origem a um lucro monetário no nível das empresas (Bettelheim, 1979, p. 456).

Muito longe de defender a aparente liberdade de controle da produção em cada fábrica, Bettelheim reconhece que o controle fabril, a gestão descentralizada ou a autogestão em algumas empresas individualmente, ignora os condicionantes da produção externos à empresa. É por isso que em contraposição a anarquia da produção, ao descontrole da produção e a aparente liberdade que se dá quando os

trabalhadores adquirem os meios de produção, Bettelheim defende a coordenação social da produção pelos trabalhadores.

Um outro exemplo de incoerências na conciliação de socialismo e mercado é a teoria de Proudhon. Segundo Mandel (2001), para Proudhon:

tratava-se de emancipar o operário-artesão da dominação do dinheiro (do capital), sem abolir a produção mercantil e a concorrência: ilusão tipicamente artesanal pequeno-burguesa. Se algumas vezes Proudhon é apresentado, não sem razão como o pai da idéia de autogestão operária, o impasse do “socialismo de mercado” manifesto na Iugoslávia desde 1970 já está potencialmente esboçado em suas idéias (Mandel, 2001, p.70 – grifos no original)².

Lebowitz (2005) também tece algumas críticas ao socialismo de mercado e os impasses criados na Iugoslávia:

A Iugoslávia denominou o sistema de gestão de seus trabalhadores de “autogestão” e demonstrou que os capitalistas não são necessários - que as empresas podem ser administradas pelos operários através de seus conselhos operários [...] Contudo, havia um problema no sistema de autogestão iugoslavo, relacionado ao termo “auto”. De fato, os próprios trabalhadores em cada empresa determinavam a direção das mesmas. Entretanto, eles se preocupavam prioritariamente com eles próprios. O foco de cada trabalhador em cada empresa era o interesse pessoal [...]. Faltava um senso de solidariedade com a sociedade. Ao invés disso, predominavam a auto-orientação e o egoísmo. Em alguns aspectos, se parecia com o pior mito capitalista, o conceito da “Mão Invisível”: a idéia de que, se cada classe seguir seu próprio interesse, a sociedade como um todo se beneficia. Na verdade, a mão invisível na Iugoslávia provocou o aumento da desigualdade e o declínio da solidariedade - levando, em último estágio, ao desmembramento do país (LEBOWITZ, 2005, s/nº).

De uma forma muito próxima às idéias de Proudhon e talvez pela crise encadeada pelos insucessos do planejamento no período de socialismo real, os pesquisadores da ES no Brasil seguem propondo uma contradição: a conciliação de autogestão das fábricas e competição no mercado, cooperação e competição, eficiência da cooperativa e anarquia da produção.

A melhor maneira de entender esta contradição se dá pela análise do mais ilustre de todos expoentes da ES no Brasil: o professor Paul Singer³. Para Singer, “O colapso do socialismo realmente existente convenceu a maioria dos marxistas que o progresso econômico e os direitos individuais não podem ser garantidos sem liberdade econômica e algum grau de competição de mercado” (Singer, 1999, p.73).

Singer não acredita na proposta de formação de um mercado paralelo e protegido. Para ele, não é necessário “isolar-se da economia dominante capitalista

para desenvolver formas socialistas de distribuição e, eventualmente, de produção” (Singer, 1998a, p.113). Segundo Singer,

A posição de Owen (e de Fourier, entre outros) supunha que a economia socialista deveria ser construída como um todo fechado e relativamente auto-suficiente, para não ser “contaminada” pelo ambiente capitalista. (...) A sociedade dos Pioneiros de Rochdale mostrou que os trabalhadores têm capacidade de organizar atividades econômicas segundo princípios próprios, socialistas, e que os empreendimentos cooperativos podem, em certas condições, competir vitoriosamente com empresas capitalistas pelos mercados” (Singer, 1998a, p.113 – grifos no original)

Já os defensores das Redes de Economia Solidária (RES) acreditam que é possível *blindar* ou *isolar* a ES dos *efeitos negativos* da concorrência sobre os empreendimentos *autogestionários*. Para estes, a ação estratégica da ES seria a criação de um *mercado paralelo*, protegido dos efeitos negativos do *mercado* capitalista. É evidente que os defensores das Redes estão interessados na expansão e na integração entre os diversos empreendimentos da ES. No entanto, um breve olhar para a inserção das cooperativas, associações de trabalhadores e fábricas recuperadas nos mostraria que o capital transnacional domina praticamente todas as etapas da cadeia produtiva. Quando se tenta *integrar* ou *fechar* relações entre as cooperativas, logo se verifica que os empreendimentos são na verdade concorrentes por um mesmo *mercado* ou tem um baixo grau de complementaridade⁴.

Apesar de questionarem em algum modo a propriedade dos meios de produção pelos trabalhadores, os defensores das RES não vislumbram a necessidade de coordenação global da produção pelos produtores associados.

Entretanto, para nossa sorte, o debate sobre a necessidade de planejamento não está morto na América Latina, ainda que seja difícil encontrar muitos defensores nos dias de hoje. Marcelo Carcanholo e Paulo Nakatani (2002), além de Rosa Marques (1998), dentre outros, levantam muitos argumentos em defesa da necessidade do planejamento. No movimento de ES, encontramos apenas um grupo na Argentina que parece estar observando as Fábricas Recuperadas de uma forma muito próxima a análise aqui exposta. Para Lucita (2002):

Cualquiera se la forma que adquieran [las cooperativas], si los trabajadores que gestionan estas empresas vuelcan sus esfuerzos y creatividad exclusivamente hacia el interior de sus establecimientos, si abandonan todo intento de coordinación y de solidaridad con otras fábricas y experiencias están indefectiblemente condenadas a recaer en la competencia capitalista y en la autoexplotación.

Si el movimiento de ocupación fabril y gestión obrera es capaz de superar los estrechos límites de cada una de las fábricas en cuestión, si se afirma en el carácter social de su producción – diferenciada por lo tanto de la lógica de la ganancia – y avanza en la coordinación y planificación de sus producciones – diferenciándose por lo tanto de la anarquía capitalista -, estará exponiendo ante la sociedad, que da muestras de una adhesión y simpatía hacia el movimiento pocas veces conocida, que otra forma de producir y de planificar son posibles, y que otras relaciones de producción son necesarias para resolver la crisis del país [Argentina] (Lucita, 2002, p. 4)⁵.

Para nós, as fábricas de trabalhadores não podem ser analisadas sem se prestar atenção ao em torno em que estão inseridas. Não pode haver uma teoria que se sustente olhando apenas *para dentro* das cooperativas, celebrando a nova forma de decisão *democrática, parlamentarista*, na qual os trabalhadores decidem coletivamente os rumos de cada empresa sem se observar a permanência da perda do controle do produto do trabalho.

Acreditamos que os trabalhadores deverão caminhar em busca da coordenação da produção que não caia nem na *burocracia soviética* nem na *anarquia* da produção característica do capitalismo⁶. Vejamos então a contribuição de István Mészáros ao tema aqui analisado.

2.2. A interpretação de István Mészáros

O verdadeiro alvo da transformação emancipatória é a completa erradicação do capital como modo de controle totalizante do próprio sociometabolismo reprodutivo, e não simplesmente o deslocamento dos capitalistas da condição historicamente específica de “personificações do capital” (Mészáros, 2002).

Em outros dois artigos, já apresentados nos Congressos do Nesol, tentamos sistematizar a monumental obra de Mészáros, dando destaque especial aos trechos onde o mesmo fala sobre cooperativismo, autogestão e alienação⁷. Neste artigo, apenas acrescentamos algumas idéias do autor que complementam as expostas nos artigos anteriores.

Mészáros confere aos Conselhos de Trabalhadores e outras formas de mediação o papel na busca de um planejamento autêntico. Lembremos que os Conselhos têm um potencial mediador e emancipador ao solucionar de forma racional os problemas existenciais vitais dos trabalhadores, das preocupações

cotidianas com moradias e trabalho, as grandes questões da vida social de acordo com suas necessidades elementares de classe. Entretanto, este autor faz algumas advertências:

(...) os Conselhos de Trabalhadores não deveriam ser considerados a “panacéia” para todos os problemas da revolução, contudo sem alguma forma de auto-administração genuína, as dificuldades e contradições que as sociedades pós-revolucionárias têm que enfrentar se transformarão em crônicas, e podem até mesmo trazer o perigo de uma reincidência nas práticas produtivas da velha ordem, mesmo que sob um tipo diferente de controle pessoal. Quando da sua constituição espontânea, em meio as importantes crises estruturais dos países envolvidos, os Conselhos de Trabalhadores tentaram se atribuir em mais de uma ocasião na história, precisamente o papel de auto-administrador possível, a par da responsabilidade auto-imposta - que esta implícita no papel assumindo e é praticamente inseparável dele - de executar a gigantesca tarefa de reedificar, em longo prazo, a estrutura produtiva social herdada (Mészáros, 2002, p.457 – grifos no original).

Sobre a relação entre alienação, propriedade e o pequeno controle que os trabalhadores exercem sobre seu trabalho em cada *empresa*, Mészáros afirma que a alienação reforçada institucionalmente dos meios e do material de trabalho do trabalhador constitui apenas pré-condição material da articulação capitalista fragmentadora e homogeneizadora do processo de trabalho e da complexa subjugação do trabalhador ao comando do capital como *trabalhador avulso*, preso ao controle das funções produtivas infinitesimais, e sem qualquer controle sobre a distribuição da produção social total (Mészáros, 2002, p. 629).

Já sobre os Conselhos de Trabalhadores, conforme vimos na citação anterior e na idéia exposta a seguir, estes devem cumprir o papel de mediadores materiais efetivos entre a ordem antiga e a ordem socialista almejada. Isso porque o sistema do capital é um modo de controle global-universalista que não pode ser historicamente superado exceto, por uma alternativa sócio-metabólica igualmente abrangente (Mészáros, 2002, p.599).

E conclui observando que, enquanto as funções controladoras vitais do sociometabolismo não forem efetivamente ocupadas e exercidas autonomamente pelos produtores associados, mas deixadas à autoridade de um pessoal de controle separado, ou seja, um novo tipo de personificação do capital, o próprio trabalho continuará a reproduzir o poder do capital contra si mesmo, mantendo materialmente e dessa forma estendendo a dominação da riqueza alienada sobre a sociedade

(Mészáros, 2002, p.601). Nesse sentido, para ele todas as funções de controle do sociometabolismo devem ser progressivamente apropriadas e positivamente exercidas pelos produtores associados pois, na falta disso, o comando das determinações produtivas e distributivas da reprodução social continuará sob a égide do capital.

2.3. A contribuição de Michael Burawoy

Um outro autor que se debruçou sobre o tema do planejamento socialista da produção é Michael Burawoy. Para ele, a construção da autogestão necessita de uma “coordenação a partir de baixo das empresas” ou, em outras palavras, a “apropriação do controle da produção” pelos trabalhadores. É com esse objetivo que ele se faz a pergunta: de que adianta o controle fabril dentro da empresa, quando os trabalhadores não têm meios de influenciar o “poder central” ? (Burawoy, 1990a, p. 201).

Nesse sentido, este pensador acredita que a *autogestão* perde seu significado se as decisões essenciais são feitas fora da fábrica (Burawoy, 1990a, p. 201). Para ilustrar sua idéia, ele cita o exemplo da Argélia durante os anos 1961 e 64, país onde a *autogestão* afetou somente aqueles setores marginais da economia que eram administrados pelos colonos. O controle operário não tocou nas indústrias nacionalizadas, nos campos de petróleo, muito menos nas empresas estatais.

O destino da *autogestão* foi lacrado (sealed) devido à falha dos trabalhadores e camponeses em ampliar seu controle para além dos pequenos negócios e fazendas herdadas dos colonos. Em alguns setores, os comitês de gestão controlaram prosperamente as *relações na produção*, mas isso perdeu significado devido à falta de habilidade para controlar as *relações de produção* entre as empresas e entre as empresas e os consumidores bem como a distribuição da mais valia entre as empresas e o Estado (Burawoy, 1990a).

Para Burawoy, na URSS prevaleceu o interesse da centralização – como uma espécie de *socialismo estatal onde a força provém de cima* - em oposição ao *sistema de autogestão coletiva onde a força provém de baixo*. Sendo assim, o sucesso do controle operário para Burawoy depende da proteção e da orientação do Estado:

A conquista dos aparatos de produção somente torna-se significativa em conjunção com a conquista dos aparatos do Estado. Mas quando são feitas mudanças nesta direção, como aconteceu no Chile, o 3º Mundo sempre tem o apoio das sanções políticas e econômicas internacionais do capitalismo, esperada ou inesperadamente (Burawoy, 1990a, p.202).

Um primeiro passo para uma possível mudança – de acordo com Burawoy - seria o controle pelos trabalhadores da mais-valia produzida por eles. Já que uma coordenação central também é necessária, ela tomaria a forma de um planejamento *desde baixo*.

Interpretando Burawoy, se os trabalhadores administrarem as fábricas através de decisão democrática, tal como enfatiza a ES, apesar de haver a possibilidade de auto-administração dos assuntos cotidianos, o Estado ou algum órgão administrativo *alheio aos trabalhadores* ainda continuará estipulando as condições nas quais as fábricas se tornam autoreguladas: o que será produzido, com quais materiais, de qual fonte. No entanto, se o Estado, os órgãos administrativos ou a “agência de planejamento central” estiverem sujeitos à influência “de baixo”, através dos mecanismos de participação dos conselhos fabris (Burawoy, 1990a, p.13), é bem provável que os trabalhadores conseguirão atingir graus crescentes de controle social, combinando de certo modo democracia com centralização, evitando a burocracia por um lado, e anarquia da produção, por outro.

2.4. A visão de Ernest Mandel

Para E. Mandel, como vimos numa das epígrafes deste artigo, um dos *axiomas burgueses* é a proposta de conciliação de socialismo com *mercado*. Talvez seja por isso que o grupo coordenado por Chasin deu à tradução do artigo de Mandel intitulado em inglês *In Defense of Socialist Planning*, o título de *Socialismo x Mercado*, por verificar esta incoerência. Neste artigo, Mandel derruba as idéias contrárias ao “planejamento democraticamente centralizado” (Mandel, 1991, p.83), principalmente criticando o socialista de mercado Alec Nove⁸.

Segundo Mandel, os argumentos de Nove - em *A Economia do Socialismo Viável* – rejeitam a proposta marxista de construção do socialismo sem produção de mercadorias. A combinação de mercado e socialismo leva Nove inevitavelmente a “contradições desconcertantes” (Mandel, 1991, p.91). Para Mandel, planejamento não é sinônimo de “perfeita” alocação dos recursos, nem da alocação científica, nem

mesmo de uma alocação “mais humana”. Para ele, o termo designa uma alocação *direta, ex-ante* (Mandel, 1991, p.17). Por isso, ele é o oposto da alocação via mercado, que é *ex-post*.

Poderíamos então perguntar: quais são as formas de se adaptar a produção ao consumo?

Para Mandel, existem duas opções. Numa delas, tais necessidades são entendidas como dadas desde o início, aferidas *ex-ante* pelo corpo social dominante, e a produção é então organizada para as satisfazer. Ou, de modo diverso, supõe-se que elas sejam desconhecidas ou de qualquer modo incertas, cabendo ao *mercado* as revelar *ex-post* através dos dispêndios da demanda efetiva.

De acordo com Mandel, a própria idéia de *mercado* e *competição pura* deve ser revisitada. Poderíamos lembrar, por exemplo, que o grosso de bens intermediários não é alocado através do *mercado*. Eles são feitos sob encomenda. O mesmo argumento vale para as licitações públicas, pois estas não conduzem à fabricação de diversos produtos que poderiam ser obtidos numa prateleira. Sendo assim, Mandel (1991) acredita que a maior parte da produção no capitalismo atual atende a padrões estabelecidos de consumo e a técnicas pré-determinadas de produção, que são em grande medida, senão completamente independentes do *mercado*.

Apesar de reconhecer que os mecanismos de *mercado* não se encontram na totalidade da economia capitalista, Mandel acredita que o mercado deve ser totalmente substituído pela “autogestão articulada dos produtores” (Mandel, 1991, p.71). O problema poderia ser colocado com o seguinte questionamento: “como aumentar a satisfação das necessidades básicas de consumo e reduzir a carga e a alienação do trabalho dos produtores diretos?” (Mandel, 1991, p.72).

A *autogestão* articulada dos produtores poderia trazer para a realidade tais metas, desde que os trabalhadores sejam participantes ativos - e não meramente consultados- no processo de tomada de decisões e da administração direta da economia e da sociedade. Segundo Mandel, “a administração não seria monopólio do “nível central”, nem tampouco a autogestão seria confinada ao nível (sic) do local de trabalho. Ambas seriam mescladas tanto a nível (sic) central quanto descentralizadamente” (Mandel, 1991, p.79).

A *autogestão* democrática não quer dizer que todos decidam sobre tudo. Certas decisões podem ser tomadas no nível do posto de trabalho, da fábrica, do bairro, regionalmente, nacionalmente e mundialmente (Mandel, 1991).

Podemos concluir que Bettelheim, Mészáros, Burawoy e Mandel dão um significado distinto para a palavra *autogestão* se comparado com a ES. Não podemos ignorar também as diferenças de posicionamento entre eles⁹. Se para a ES *autogestão* significa propriedade coletiva dos meios de produção e decisão democrática na fábrica, para os primeiros significa não somente isso mas também o controle unificado da produção pelos produtores associados.

3. Considerações Finais

“As pessoas estão tentando produzir mais barato, mas produzir para vender. O que não é realmente economia solidária” (Francisco de Oliveira, 2002, p.102).

Procurei elucidar neste artigo, a partir de algumas impressões sobre o debate atual na Economia Solidária, a imprescindível necessidade de construção histórica da coordenação global da produção pelos produtores associados. Trata-se, evidentemente, de uma crítica ao rejuvenescimento das propostas *socialistas de mercado*.

Ao nosso ver, muito mais que uma *falha* na argumentação sobre o tema *Mercado x Planejamento* ou *Mercado e Planejamento*, a abordagem teórica da ES é fruto de uma crise ideológica, uma crise que não vê mais as virtudes do planejamento socialista.

Vimos que os teóricos da ES são adeptos da *concorrência* seja entre empresas convencionais e cooperativas, num primeiro momento, seja entre as cooperativas, num segundo momento. Ao observar a *autogestão* somente enquanto uma possibilidade de tomada de decisões democráticas dentro das fábricas, sem se atentar para a necessidade de coordenação harmoniosa da produção, a ES realiza uma crítica parcial, senão incompleta.

Referências bibliográficas:

- ANTUNES, R. *O caracol e sua concha*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- BERNARDO, J. *Algumas reflexões acerca do livro Democracia Totalitária*. Publicado em PREC. Põe, Rapa, Empurra, Cai, número zero, Novembro de 2005.
- BERNARDO, J. *Democracia Totalitária*. Teoria e Prática da Empresa Soberana. São Paulo: Cortez, 2004.
- BRESSER PEREIRA, L.C. 1980/81: “A revolução autogestionária na Polônia”. In: VENOSA, R. (org) *Participação e participações: ensaios sobre autogestão*. São Paulo: Babel Cultural, 1987.
- BURAWOY, M. *El consentimiento el la producción. Los cambios del proceso productivo en el capitalismo monopolista*. Madrid, Centro de Publicaciones - Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- BURAWOY, M. *The politics of production*. London – New York: Verso, 1990a. 3ª edição.
- CARCANHOLO, M. D. ; NAKATANI, P. Cuba: socialismo de mercado o planificación socialista?. *Economía Crítica & Desarrollo*, Santiago - Chile, v. 1, n. 1, p. 47-71, 2002.
- DOWBOR, L. *A reprodução social*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.
- LEBOWITZ, M. *Constructing Co-Management in Venezuela: Contradictions along the Path*. www.mrzine.monthlyreview.org/lebowitz241005.html Obtido em ago 2006.
- LIMA Filho, P. A. A emergência do novo capital. In: DOWBOR, L. et al. (Orgs.) *Desafios da Globalização*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 237-47.
- LUCITA, E. Fábricas ocupadas y gestión obrera en Argentina - Ocupar, resistir, producir. http://www.geocities.com/economistas_de_izquierda/producir1. Obtido em jun 2005.
- MANDEL, E. *Socialismo x Mercado*. São Paulo: Ensaio, 1991. (Título original: In Defense of Socialist Planning. *New Left Review*, número 159, 1986).
- MANDEL, E. *O lugar do marxismo na história*. São Paulo: Xamã, 2001.
- MARQUES, R. M. *O papel do mercado na economia socialista: a leitura de Nove, Mandel e Elson*. São Paulo, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, número 2, junho de 1998.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*. Lisboa: Avante, 1994.
- MARX, K. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: a teoria da alienação*. São Paulo: Boitemp Editorial, 2005.
- MILL, J.S. *Princípios de Economia Política*. São Paulo : Nova Cultural, 1986. Vol I e II.
- NOVAES, H.T. *Idéias de Canário e O Alienista: debatendo as faces da alienação em cooperativas de trabalhadores a partir de Machado de Assis*. 2006a. *IV Encontro Internacional de Economia Solidária*, São Paulo, agosto de 2006, Anais.

- NOVAES, H. T., LIMA FILHO, P. A. de. O que fazer quando as fábricas não fecham? Balanço das políticas para a promoção do cooperativismo na Venezuela. 2006b. *IV Encontro Internacional de Economia Solidária*, São Paulo, agosto de 2006, Anais.
- OLIVEIRA, F. O trabalho abstrato e as novas formas de conflito (entrevista). In: Loureiro, I.; Leite, J.C.; Cevasco, M. (orgs.) *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- SINGER, P. I. *Uma utopia militante: repensando o socialismo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998a.
- SINGER, P. I. Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo. In: *Desorganizando o consenso*. Sader (org.). Rio de Janeiro: Vozes, 1998b.
- SINGER, P. I. *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo, Editora Contexto, 1999. 3ª ed.
- SINGER, P. I. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: Santos, B.S. *Produzir para viver*. São Paulo, Civilização Brasileira, 2002.
- STORCH, S. Discussão da Participação dos Trabalhadores na Empresa. Em: *Processo e Relações de Trabalho no Brasil*. Fleury, M.T. e Fischer, R.M (orgs). São Paulo: Ed. Atlas, 1985.
- TAUILE, J. R. *Do Socialismo de Mercado à Economia Solidária*. Trabalho submetido ao seminário internacional. Teorias de Desenvolvimento no Novo Século, em Junho de 2001.

¹ No entanto, parece que há um *equivoco* na proposta polonesa pois estes acreditavam que a “autogestão significava também descentralizar a atividade econômica e estabelecer as bases de uma economia de mercado. O planejamento econômico seria mantido, mas o mercado teria um papel maior como indicador na alocação dos recursos e na determinação das atividades empresariais” (Bresser Pereira, 1987, p. 109).

² Vejamos também os argumentos do economista político Stuart Mill. Apesar dele reconhecer a necessidade de uma mudança social que combine liberdade e independência do indivíduo e que acabe com a divisão da sociedade entre trabalhadores e ociosos, este autor defende a permanência da concorrência entre as associações, isso porque esta beneficiaria os consumidores e porque, “onde não existe concorrência, existe monopólio”. A última justificativa dada por Mill em defesa da concorrência, encontra-se na seguinte passagem: “proteger alguém da concorrência é dar proteção à sua ociosidade” (Mill, 1986, p. 279, vol II).

³ Em Novaes (2006a), debatemos sobre a perda do controle do produto do trabalho em cooperativas de trabalhadores.

⁴ A pesquisa de Vieitez e Dal Ri (2001) sobre as possibilidades de compra e venda entre as fábricas recuperadas brasileiras mostrou as impossibilidades de se tentar realizar estas operações dentro de um possível *muro* que *isolasse e integrasse* as mesmas. O critério para o estabelecimento de relações com outras empresas era a combinação de custo e qualidade, sendo ou não a empresa dos trabalhadores. O governo fez muito alarde sobre a *Justa Trama*, uma tentativa de interligação de empreendimentos solidários no Brasil. Para nós, trata-se de muita propaganda e pouca efetividade. Em outro artigo [Novaes, 2006], vimos que nos parece mais apropriada uma outra proposta do governo, a visão do *desenvolvimento solidário* em oposição à tentativa de integração das cooperativas em Redes.

⁵ Lucita (2002) esclarece os trabalhos do grupo de Economistas de Izquierda (EDI) na seguinte nota: “En este sentido es necesario valorizar la iniciativa de un grupo de estudiantes de Ciencias Económicas nucleados en la Agrup. Em Clave Roja que han convocado, entre otros a los miembros del EDI, para construir grupos de trabajo en el seno de una Comisión de Planificación Económica que aporte a la resolución de los problemas de gestión de las empresas ocupadas y avance en la planificación de la producción y el consumo de productos sociales” (Lucita, 2002, p.6).

⁶ Para Dowbor (1998, p.429) o Mercado é um “mecanismo indispensável, mas nunca suficiente, ao funcionamento da sociedade”. Será?

⁷ Sobre isso, ver Novaes (2006a e 2006, b). Reconhecemos a dificuldade de leitura da obra de Mészáros dos iniciantes. Para os interessados numa apresentação da obra de Mészáros, ver Antunes (2006).

⁸ Para saber mais sobre a concepção de planejamento da produção e o papel do mercado para E. Mandel, Alec Nove e Elson, ver Marques (1998).

⁹ Sobre isso, ver o artigo de Carcanholo e Nakatani (2002).